- LIX -

DESAFIOS NA INCLUSÃO EDUCACIONAL: A QUALIDADE NO ATENDIMENTO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES VISUAIS NO INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE

Samuel dos Santos Junio

Introdução

Educação inclusiva significa educar de acordo com as necessidades de cada um, dando oportunidade de integração social por meio da educação. Para Mittler (2003, p. 25) “a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo”.

As escolas devem estar em constante adaptação, com base nas políticas de inclusão e na prática fundamental para dar auxílio às pessoas com deficiência visuais, sempre visando o aprimoramento da implantação da educação inclusiva na nossa realidade. É importante que haja o interesse em proporcionar educação de acordo com as dificuldades de aprendizagem de cada indivíduo portador de necessidades especiais.

As políticas educacionais possuem como propósito a desconstrução de barreiras sociais, tornando possível contribuir para um sistema educacional universal, público, gratuito e de qualidade, onde a diversidade é um valor democrático a ser cultivado. (BOTELHO, *et al*, p. 7, 2012)

É importante considerar os valores básicos de igualdade de tratamento e oportunidade. As escolas devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos materiais pedagógicos e à comunicação, de modo a favorecer a aprendizagem, a valorização das diferenças e a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. (BOTELHO, *et al*, p. 157. 2012)

Esse estudo possibilita analisar a qualidade no atendimento e as políticas públicas de inclusão educacional que o IFRO Campus Porto Velho Zona Norte vem adotando para alcançar um padrão de excelência no atendimento de pessoas com deficiência visual.

As escolas públicas brasileiras estão passando por inúmeros avanços na área da educação inclusiva, numa perspectiva de atender às limitações educacionais, com espaços inclusivos e de qualidade, com o objetivo de cumprir o papel da escola de educar todos os cidadãos com igualdade e atendendo as necessidades de cada estudante. A garantia de convívio social dentro das escolas impede a segregação, através das possibilidades e oportunidades oferecidas a cada indivíduo.

De acordo com art., 58 da lei nº 9.394/96 a educação especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente pela rede regular de ensino, para educandos com deficiência. A aprendizagem, os procedimentos, o acesso ao conhecimento e à informação, bem como os instrumentos didáticos, devem ser adequados às condições visuais destes educandos.

Conforme inciso 1º do art., 58 da lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação curricular, haverá, quando necessário, os serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. O atendimento precisa ser especializado e de qualidade para que supra as necessidades dos deficientes visuais.

O Art., 59 da lei nº 9.394/96, diz que o sistema de ensino deve assegurar aos educandos com deficiência, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência visa assegurar a sua plena inclusão na sociedade, estabelecendo mecanismos, instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico, além do acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade. (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.)

A lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989, apoia às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

A qualidade no atendimento para uma escola inclusiva

Um ambiente escolar inclusivo é aquele que dá atendimento de qualidade a todos, inclusive às pessoas com deficiência. O Art. 205, da Constituição Federal de 1988, diz que a educação é direito de todos, que visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Sendo, dever do Estado garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (Art. 208. Inciso III, CF/1988)

A deficiência visual desperta a necessidade em conhecer e o interesse em aprender, costuma ser abordada de forma pouco natural e pouco espontânea porque os profissionais da educação não sabem como proceder em relação a estes estudantes que possuem deficiência visual. Eles manifestam dificuldade de aproximação e de comunicação, não sabem o que fazer e como fazer. Nesse caso, torna-se necessário quebrar paradigmas, dispersar os medos, tornar claro o conflito e dialogar com a situação. Somente assim será possível assimilar novas atitudes, procedimentos e métodos para a prática educacional inclusiva. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).”

A Portaria 2.678/02 do MEC aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

Em 2003 o MEC implantou o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

O ideal da busca pela construção da escola inclusiva é uma escola que reconhece, respeita e responde às necessidades de cada aluno, favorecendo a aquisição do conhecimento e a aprendizagem tanto do aluno quanto do professor. (BOTELHO, *et al*, p. 21. 2012)

Faz-se necessário para a inclusão de deficientes visuais no sistema educacional a sensibilização de professores, alunos e a comunidade sobre a importância de trabalhar pela inclusão destas pessoas.

Resultados

Em relação à inclusão educacional de pessoas com deficiência visual no IFRO Campus Porto Velho Zona Norte, podemos verificar que o processo de inclusão educacional deve ser feito em conjunto, onde todos devem compreender a importância da inclusão que se dá por meio do convívio social dentro da escola, que é o principal agente para a construção do indivíduo para a sociedade.

Constatou-se com a pesquisa que o IFRO – *Campus Zona Norte* tem trabalhado para que todos dentro da instituição sejam conscientes e agentes de inclusão das pessoas com deficiência, promovendo ações voltadas para implementação de ações voltadas à política de integração e inclusão, com o propósito de evitar a segregação dos estudantes deficientes das atividades que envolvem toda a sociedade estudantil.

O IFRO trabalha para que o aluno que ingresse na instituição permaneça, e para isso é necessário criar condições para que ele permaneça e tenha êxito.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – NAPNE tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da "educação para a convivência", a aceitação da diversidade, a eliminação de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais, incluindo socialmente a todos através da educação.

O NAPNE tem como metas:

- a) Promover a inclusão e a permanência de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEEs na Instituição e no mundo do trabalho;
- b) Identificar o público-alvo potencial na região de entorno do Campus;
- c) Sensibilizar a comunidade escolar para a convivência com a diversidade;
- d) Estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas, associações, cooperativas, ONGs, órgãos representativos de PNEEs e de atendimento às pessoas com necessidades educacionais específicas;
- e) Fomentar a sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio.

Portanto, a adaptação das pessoas com necessidades específicas dentro da escola deve ser mútua, onde todos os alunos possam realmente vivenciar experiências para que seja praticado o real significado de inclusão e acessibilidade. Os desafios precisam ser trabalhados para que a inclusão e acessibilidade de deficientes visuais vire prática cotidiana de todos os agentes da educação.

Referências bibliográficas

BAILEY, K. D. **Methods of social research**. 2. ed. New York: Free Press, 1982

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria N° 2.678, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc>. Acesso em: 07 de nov de 2017.

Botelho, Júlio Cesar; Ribeiro, Lauro Luiz Gomes; Castro, Maria Izabel do Amaral Sampaio. **Guia prático: o direito de Todos à educação**. Ministério Público do Estado de São Paulo. 1ª Edição, 2012.

Constituição da república federativa do brasil de 1988. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 07 de nov de 2017.

DECRETO N° 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999 - **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 30 de jul de 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

LEI N° 7.853 DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 - **Apoio às pessoas portadoras de deficiência.**

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 27 de jul de 2017.

LEI N° 9.394/96 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

Acesso em: 30 de jul de 2017.

MEEC/SEESP. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica / Secretaria de Educação Especial, 2001.

MITTLER, P. J. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Resolução n° 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011. Disponível em:

<<http://portal.ifro.edu.br/doc-isntitucionais/401-download-do-regulamento-dos-nucleos-de-atendimento-as-pessoas-com-necessidades-educacionais-especificas-napnes-do-ifro/file>>. Acesso em: 07 de nov de 2017.

PORTAL EDUCAÇÃO. Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/enfermagem/o-deficiente-visual-e-a-lei/21511>>. Acesso em 27 de jul de 2017.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 - **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 30 de jul de 2017.

Resolução nº 30/CONSUP/IFRO, de 03 de outubro de 2011. Disponível em:

<http://www.ifro.edu.br/consup/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=69&Itemid=11>. Acesso em: 07 de nov de 2017.